

SUBSTITUTIVO DO RELATOR DEPUTADO MOREIRA FRANCO

PROJETO DE LEI Nº 5.855, DE 2005 (Apenso: PLs nº 5.691/05, 5.826/05 e 5.840/05)

SUBSTITUTIVO

Dispõe sobre a propaganda, financiamento e prestação de contas das despesas com campanhas eleitorais.

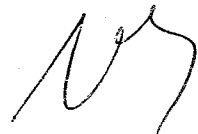
O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º A Lei nº 9.504, de 1997, passa a vigorar com as seguintes alterações:

“Art.17-A. Caberá à lei, observadas as peculiaridades locais, fixar até o dia 10 de junho do ano das eleições o limite dos gastos eleitorais para cada cargo em disputa; não elaborada no prazo estabelecido, caberá à Justiça Eleitoral, ouvidos os partidos políticos, fixá-lo.”

“Art.18. No pedido de registro de seus candidatos, os partidos e coligações comunicarão aos respectivos Tribunais Eleitorais os valores máximos de gastos que farão por cargo eletivo em cada eleição a que concorrerem, observados os limites estabelecidos, nos termos do artigo 17-A.

..... “(NR)



"Art. 21. O candidato é solidariamente responsável, com a pessoa indicada na forma do art. 20, pela veracidade das informações financeiras e contábeis de sua campanha, devendo ambos assinar a respectiva prestação de contas." (NR)

"Art. 22.

§ 3º O uso de recursos financeiros que não provenham da conta específica de que trata o *caput* implicará a desaprovação da prestação de contas do partido ou candidato; comprovado abuso do poder econômico, será cancelado o registro da candidatura ou cassado o diploma, se já houver sido outorgado."

§ 4º Rejeitadas as contas, a Justiça Eleitoral remeterá cópia de todo o processo ao Ministério Público Eleitoral para os fins previstos no art.22 da Lei Complementar n.º 64 de 1990." (NR)

"Art. 23.....

§ 4º As doações de recursos financeiros somente poderão ser efetuadas na conta mencionada no art. 22, por meio de:

I - cheques cruzados e nominais ou transferência eletrônica de depósitos;

II - depósitos em espécie devidamente identificados até o limite fixado no inc.I do §1º deste artigo. (NR)"

"Art. 24.

VIII – entidades beneficentes, *e religiosas*

IX – entidades esportivas que recebam recursos públicos;

X – organizações não-governamentais que recebam recursos públicos;

XI – organizações da sociedade civil de interesse público." (NR)

"Art. 26. São considerados gastos eleitorais, sujeitos a registro e aos limites fixados nesta Lei:

IX – a realização de comícios ou eventos destinados à promoção de candidatura;

.....
XI – (revogado);

.....
XIII – (revogado);

.....” (NR)

“Art. 28

.....
§ 4º Os partidos políticos, coligações e os candidatos são obrigados, durante a campanha eleitoral, a divulgar, pela rede mundial de computadores (Internet), nos dias 6 de agosto e 6 de setembro, relatório discriminando os recursos em dinheiro ou estimáveis em dinheiro que tenham recebido para financiamento da campanha eleitoral e os gastos que realizarem em sítio criado pela Justiça Eleitoral para este fim, exigindo-se a indicação dos nomes dos doadores e os respectivos valores doados somente na prestação de contas final de que trata o art. 29, incs. III e IV desta Lei.” (NR)

“Art. 30.....

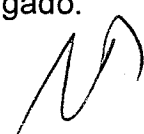
§1º A decisão que julgar as contas dos candidatos eleitos será publicada em sessão até oito dias antes da diplomação.

.....”(NR)

“Art. 30-A Qualquer partido político ou coligação poderá representar à Justiça Eleitoral relatando fatos e indicando provas, indícios e circunstâncias e pedir a abertura de investigação judicial para apurar condutas em desacordo com as normas desta Lei, relativas à arrecadação e gastos de recursos.

§ 1º Na apuração de que trata este artigo aplicar-se-á o procedimento previsto no art. 22 da Lei Complementar n.º 64, de 18 de maio de 1990, no que couber.

§ 2º Comprovados captação ou gastos ilícitos de recursos, para fins eleitorais, será negado diploma ao candidato, ou cassado, se já houver sido outorgado.”




"Art. 37. Nos bens cujo uso dependa de cessão ou permissão do Poder Público, ou que a ele pertençam, e nos de uso comum, inclusive postes de iluminação pública e sinalização de tráfego, viadutos, passarelas, pontes, paradas de ônibus e outros equipamentos urbanos, é vedada a veiculação de propaganda de qualquer natureza, inclusive pichação, inscrição a tinta, fixação de placas, estandartes, faixas e assemelhados.

§ 1º A veiculação de propaganda em desacordo com o disposto no *caput* deste artigo sujeita o responsável, após a notificação, à restauração do bem e, caso não cumprida no prazo, à multa no valor de R\$ 2.000,00 (dois mil reais) a R\$ 8.000,00 (oito mil reais).

§2º Em bens particulares, somente será permitida a propaganda eleitoral por meio da fixação de faixas e cartazes.

....." (NR)

"Art. 39.....

.....

§ 3º O funcionamento móvel de alto-falante, amplificador, carro de som, trio-elétrico ou assemelhados, ressalvada a hipótese cotemplada no § 4º, somente é permitido entre as oito e as vinte e duas horas, com potência limitada a até 1.500 watts, sendo vedados a instalação e o uso desses equipamentos em distância inferior a duzentos metros:

.....

§ 5º

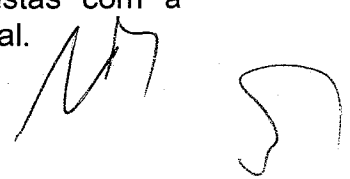
.....

II – arregimentação de eleitor ou a propaganda de boca urna;

III – a divulgação de qualquer espécie de propaganda de partidos políticos ou de seus candidatos, mediante publicações, cartazes, camisas, bonés, broches ou dísticos em vestuário.

§ 6º É vedada, na campanha eleitoral, a utilização e distribuição de camisetas, bonés, canetas, chaveiros, brindes ou de qualquer outro bem que possa proporcionar vantagem ao eleitor.

§ 7º É proibida a realização de "showmício" e evento assemelhado para promoção de candidatos, bem como a apresentação, remunerada ou não, de artistas com a finalidade de animar comício e reunião eleitoral.



§ 8º É vedada a propaganda eleitoral por meio de operadora comercial de telemarketing.” (NR)

“40-A Simular os crimes previstos nesta lei, visando imputar falsamente a conduta a outrem, sujeita o infrator às mesmas penas neles previstas. “

“Art. 42. A propaganda por meio de outdoors, backlight, frontlight e assemelhados, explorados comercialmente, somente é permitida após a realização de sorteio pela Justiça Eleitoral.

.....”(NR)

“Art. 43. É vedada a divulgação na imprensa escrita, de propaganda eleitoral de candidato, partido ou coligação.

Parágrafo único. A inobservância do disposto neste artigo sujeita os responsáveis pelos veículos de divulgação e os partidos, coligações ou candidatos beneficiados a multa no valor de mil a dez mil reais ou equivalente ao da divulgação da propaganda paga, se este for maior.” (NR)

“Art. 73.

§ 10 No ano em que se realizar eleição, fica proibida a distribuição gratuita de bens, valores ou benefícios por parte da Administração Pública, exceto nos casos de calamidade pública, de estado de emergência ou de programas sociais autorizados em lei e já em execução orçamentária no exercício anterior, casos em que o Ministério Público poderá promover o acompanhamento de sua execução financeira e administrativa.” (NR)

“Art. 94-A. Os órgãos e entidades da Administração Pública direta e indireta poderão, quando solicitados, em casos específicos e de forma motivada, pelos Tribunais Eleitorais:

I – fornecer informações na área de sua competência;

II - ceder funcionários no período de três meses antes a três meses depois de cada eleição. “

“Art. 94-B. É vedado aos órgãos do Poder Executivo realizar qualquer atividade de natureza eleitoral não

mencionada neste artigo, bem como praticar atos envolvendo eleições e o processo eleitoral.”

Art. 2º O Tribunal Superior Eleitoral expedirá instruções objetivando a aplicação desta lei às eleições a serem realizadas no ano de 2006.

Art. 3º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º Revogam-se os incisos XI e XIII do art. 26 da Lei nº 9.504, de 1997.

Sala da Sessões, em de de 2006.

Deputado MOREIRA FRANCO

Relator

